

10.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei, implicando, desde logo, a eliminação do concurso.

11 — Métodos de selecção:

11.1 — Prova de conhecimentos — será constituída por uma prova escrita de conhecimentos gerais que terá duração de uma hora com carácter eliminatório, que visa avaliar o nível de conhecimentos dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício da função, com consulta de bibliografia, e versará sobre as seguintes matérias: estatuto disciplinar dos funcionários e agentes da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro), regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 117/99, de 11 de Agosto, 157/2001, de 11 de Maio, e 181/2007, de 9 de Maio), quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos do município e das freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro), as regras e os princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública (Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto).

11.2 — Avaliação curricular — visará avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que é aberto o concurso, com base na análise do respectivo currículo, tendo em conta os seguintes factores: habilitação académica de base; formação profissional e experiência profissional.

11.3 — Entrevista profissional de selecção, cuja duração máxima será de trinta minutos, destina-se a avaliar, numa relação interpessoal de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos ao desempenho do lugar e incidirá sobre os seguintes factores de apreciação: capacidade de relacionamento; responsabilidade; interesse profissional e comunicabilidade.

12 — A falta à entrevista profissional de selecção, por qualquer dos candidatos, implicará a sua exclusão.

13 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão da acta da reunião do júri do concurso.

14 — Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no respectivo requerimento, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência de acordo com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

15 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Pedro Nuno Costa Sampaio, tesoureiro da Junta de Freguesia de Paranhos.

1.º vogal efectivo — Alberto Amaro Guedes Machado, vogal da Junta de Freguesia de Paranhos.

2.º vogal efectivo — Belquisse Clara Pinheiro Nogueira Suzano, vogal da Junta de Freguesia de Paranhos.

1.º vogal suplente — Sónia Cristina Silva Almeida Machado, técnica superior de Psicologia.

2.º vogal suplente — Rosa Araújo da Silva, técnica superior de administração.

9 de Novembro de 2007. — O Presidente, *Luís Miguel Seabra de Freitas*.

2611064382

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Aviso n.º 22 843/2007

Exoneração

Nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente do conselho de administração, foi autorizada a exoneração do funcionário Jorge Manuel Vaz Caiiro, com a categoria de profissional de limpa-colectores.

A referida exoneração produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007.

8 de Outubro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Nuno Vitorino*.

2611064435

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso n.º 22 844/2007

Torna-se público que o conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Loures deliberou, em reunião de 24 de Outubro de 2007, proceder à reclassificação profissional do funcionário José António Samina Fernandes, com a categoria de engenheiro técnico civil de 2.ª classe, posicionado no escalão 1/índice 295, para a categoria de engenheiro civil de 2.ª classe, escalão 1/índice 400, ao abrigo do disposto na alínea *e*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

Mais se torna público que o funcionário deverá assinar o termo de aceitação de nomeação no prazo de 20 dias úteis contado do dia útil seguinte à data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Processo isento de visto do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

2 de Novembro de 2007. — O Vogal do Conselho de Administração, *Jorge Manuel Firmino Baptista*.

2611064578

Aviso n.º 22 845/2007

Em aditamento ao aviso n.º 21 280/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 31 de Outubro de 2007, relativo ao posicionamento do funcionário Carlos Manuel Martins na categoria de engenheiro civil assessor principal, torna-se público que o mesmo tem efeitos a partir do dia 23 de Setembro de 2007.

7 de Novembro de 2007. — O Vogal do Conselho de Administração, *Jorge Manuel Firmino Baptista*.

2611064577

Aviso n.º 22 846/2007

Torna-se público que, por deliberações do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures, em reunião de 7 de Novembro de 2007, foi deliberado nomear nas categorias abaixo indicadas os candidatos aprovados nos concursos internos de acesso geral, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 2 de Agosto de 2007:

Para provimento de um lugar na categoria de engenheiro técnico civil principal:

Maria de Fátima Coelho das Dores Mateus.

Para provimento de dois lugares na categoria de técnico profissional de gestão do ambiente e recursos naturais de 1.ª classe:

Cláudia Sofia Palma dos Santos.

Ricardo Manuel Silva Ferreirinha.

Para provimento de três lugares na categoria de técnico profissional de 1.ª classe:

Floripes Maria Colaço Marques.

Maria Manuela Dias Elías Nunes.

Marina Alexandra de Jesus Valentim Gomes.

Para provimento de um lugar na categoria de mecânico electricista principal:

Rogério Paulo Baptista Nunes.

Mais se torna público que os nomeados deverão assinar os termos de aceitação de nomeação no prazo de 20 dias úteis contado do dia útil seguinte à data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Processos não sujeitos a visto do Tribunal de Contas.)

8 de Novembro de 2007. — O Vogal do Conselho de Administração, *Jorge Manuel Firmino Baptista*.

2611064570